

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas / Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

**Escola Profissional do Marquês de Valle Flôr, Lda.**

Relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### *1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO*

Neste exercício de 2022, a direção desenvolveu atividades com o objetivo de melhorar o desempenho da entidade, equilibrar a sua posição financeira, nomeadamente a criação de valor para os detentores de capital.

A entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 51.695,69€.

### *2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS*

*(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).*

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	86.542,90	8.298,75	78.244,15	942,84%
Subsídios à exploração	814.522,95	737.633,54	76.889,41	10,42%
Outros rendimentos	21.288,44	59.231,16	-37.942,72	-64,06%
Total dos Rendimentos	922.468,72	805.163,45	117.305,27	14,57%

### *3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS*

*(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das*

*matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).*

#### Quadro da Evolução dos Gastos

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
<b>CMVMC</b>	<b>45.791,83</b>	<b>6.049,73</b>	<b>39.742,10</b>	<b>656,92%</b>
<b>FSE</b>	<b>208.085,15</b>	<b>218.957,94</b>	<b>-10.872,79</b>	<b>-4,97%</b>
Trabalhos Especializados	123.266,99	117.707,82	5.559,17	4,72%
Publicidade e Propaganda	6.326,58	3.427,56	2.899,02	84,58%
Honorários	851,16	3.871,88	-3.020,72	-78,02%
Conservação e Reparação	5.112,55	20.157,64	-15.045,09	-74,64%
Ferramentas e Utensílios	668,67	1.140,04	-471,37	-41,35%
Artigos para Oferta	67,56		67,56	
Eletricidade	5.116,95	3.795,18	1.321,77	34,83%
Combustíveis	4.591,99	3.226,75	1.365,24	42,31%
Deslocações e Estadas	311,61	368,18	-56,57	-15,36%
Transportes de Mercadorias				
Comunicação	1.701,05	2.299,34	-598,29	-26,02%
Despesas de Representação	903,40	604,80	298,60	49,37%
Outros	53.210,29	53.220,25	-9,96	-0,02%
<b>Gastos Com Pessoal</b>	<b>332.417,02</b>	<b>300.184,98</b>	<b>32.232,04</b>	<b>10,74%</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>9.199,74</b>	<b>8.188,16</b>	<b>1.011,58</b>	<b>12,35%</b>
<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>266.910,94</b>	<b>233.393,97</b>	<b>33.516,97</b>	<b>14,36%</b>
Juros	2.196,26	1.971,67	224,59	11,39%
Outros Gastos e Perdas Financiamento	183,27	432,00	-248,73	-57,58%
<b>Total dos Gastos e Perdas Financ.</b>	<b>2.379,53</b>	<b>2.403,67</b>	<b>-24,14</b>	<b>-1,00%</b>
<b>Total dos Gastos e Perdas</b>	<b>864.784,21</b>	<b>769.178,45</b>	<b>95.605,76</b>	<b>12,43%</b>

#### 4- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

*(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)*

#### Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Edifícios				
Equipamento Básico				
Equipamento de Transporte				
Equipamento Administrativo		3.474,99	-3.474,99	-100,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
<b>Total</b>		<b>3.474,99</b>	<b>-3.474,99</b>	<b>-100,00%</b>

### Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2022	2021	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	5.128,00	5.128,00		
Equipamento Básico	126.590,84	126.590,84		
Equipamento de Transporte	26.390,00	26.390,00		
Equipamento Administrativo	131.631,23	131.631,23		
Outros Ativos Fixos Tangíveis	25.820,71	25.820,71		
Total	315.560,78	315.560,78		

#### 5- TERCEIROS

O valor de 223.498,56€ (270.713,91€ em 2021) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas dos sócios e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 156.762,26€ (214.721,64€ em 2021) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a instituições de crédito, a fornecedores, ao Estado e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

#### 7- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de Dezembro de 2022 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

#### 8- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposto a transferência do Resultado Líquido positivo de 51.695,69€ para Resultados Transitados.

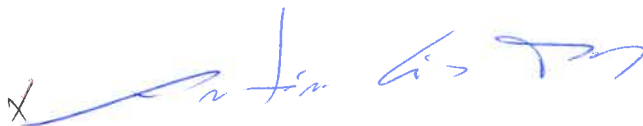
*9- ENCERRAMENTO*

Aos nossos alunos, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Murça, 09 de março de 2023

A Entidade



✓ Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

Escola Profissional do Marques de Vale Flôr, Lda  
 Contribuinte: 504537822  
 Exercício: 2022

Pág. 1

Moeda: EUR

Balanço Individual em 31-12-2022

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	16.607,61	25.807,35
Investimentos financeiros	10.2	1.053,83	1.424,07
		17.661,44	27.231,42
<b>Ativo corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	10.4.2		713,20
Acionistas/sócios	10.4.1, 14.1	58.350,94	57.972,73
Outros créditos a receber	10.4.1, 14.1	165.147,62	212.027,98
Diferimentos	14.3	2.755,07	2.783,28
Caixa e depósitos bancários	14.8	65.066,53	14.516,68
		291.320,16	288.013,87
<b>Total do ativo</b>		308.981,60	315.245,29
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	10.3	49.879,78	49.879,78
Reservas legais	10.3	10.487,85	10.487,85
Outras reservas	10.3	129.068,08	129.068,08
Resultados transitados	10.3	-88.912,06	-123.375,26
		100.523,65	66.060,45
Resultado líquido do período	10.3, 14.10	51.695,69	34.463,20
<b>Total do capital próprio</b>		152.219,34	100.523,65
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.4.1	14.574,97	16.551,14
Estado e outros entes públicos	10.4.2, 13, 14.9	17.588,40	11.676,14
Acionistas/sócios	10.4.1, 14.1	229,10	361,49
Financiamentos obtidos	6, 10.4.3, 14.6	45.000,00	115.000,00
Outras dividas a pagar	10.4.1, 13, 14.1, 14.2	79.369,79	71.132,87
		156.762,26	214.721,64
<b>Total do passivo</b>		156.762,26	214.721,64
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		308.981,60	315.245,29

A Entidade

O Contabilista Certificado



✓ Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

**Luís Leite**  
 CC n.º 39242

Escola Profissional do Marques de Vale Flôr, Lda

Contribuinte: 504537822

Exercício: 2022

Pág. 1

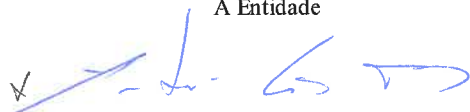
Moeda: EUR

**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2022**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	86.542,90	8.298,75
Subsídios à exploração	9	814.522,95	737.633,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-45.791,83	-6.049,73
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-208.085,15	-218.957,94
Gastos com o pessoal	11	-332.417,02	-300.184,98
Aumentos/reduções de justo valor	10.2	114,43	
Outros rendimentos	14.7	21.288,44	59.231,16
Outros gastos	14.5	-266.910,94	-233.393,97
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>69.263,78</b>	<b>46.576,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	-9.199,74	-8.188,16
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>60.064,04</b>	<b>38.388,67</b>
Juros e gastos similares suportados	6, 14.6	-2.379,53	-2.403,67
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>57.684,51</b>	<b>35.985,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14.4.2, 14.9	-5.988,82	-1.521,80
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>51.695,69</b>	<b>34.463,20</b>

A Entidade

O Contabilista Certificado



**Luís Leite**  
CC n.º 39242

*Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa*

Escola Profissional do Marques de Vale Flôr, Lda

Contribuinte: 504537822

Exercício: 2022


Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes e alunos		90.252,28	13.842,89
Recebimentos POCH		869.238,11	763.838,55
Comparticipação Entidades			25.000,00
Pagamentos a fornecedores		-258.816,57	-245.532,87
Pagamentos ao pessoal		-325.728,05	-290.392,22
Pagamentos Subsídios aos Alunos		-260.827,72	-251.499,13
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		114.118,05	15.257,22
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-456,24	-4.398,82
Outros Recebimentos/Pagamentos		9.267,57	5.176,79
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		122.929,38	16.035,19
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis			-1.548,72
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>			-1.548,72
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		465.000,00	430.000,00
Subsídios e doações			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-535.000,00	-440.000,00
Juros e gastos similares		-2.379,53	-1.637,75
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		-72.379,53	-11.637,75
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		50.549,85	2.848,72
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.516,68	11.667,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		65.066,53	14.516,68

A Entidade

O Contabilista Certificado



**Luís Leite**  
C C n.º 39242

X Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa



**ANEXO**  
**(Período 2022)**

**1 - Identificação da entidade**

1.1 — Designação da Entidade

Escola Profissional do Marques de Valle Flôr, Lda.

NIPC: 504.537.822

1.2 — Sede

Rua do Marques de Valle Flôr

5090-138 Murça

1.3 — Natureza da Atividade

Entidade proprietária e sociedade de gestão da escola profissional de Murça, nas suas vertentes culturais, técnicas, pedagógicas e tecnológicas.

**2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte do ano civil, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 2º da Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho,



tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), constante do Aviso n.º 8257/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

*2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

*2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.

### **3 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

#### *3.1 - Principais políticas contabilísticas*

3.1.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

##### **3.1.1.1 - Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

##### **3.1.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do

recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

#### **3.1.1.3 - Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

#### **3.1.1.4 - Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.1.5 – Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.1.6 - Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das

políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.1.2 - Outras políticas contabilísticas

#### 3.1.2.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	2
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	8 a 10

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### **3.1.2.2 – Propriedades de Investimento**

As Propriedades de Investimento existentes no Balanço foram adquiridas pela entidade e inclui o preço de compra mais os custos de transação, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as vidas úteis estimadas para os edifícios 50 anos e os terrenos não são depreciados.

### **3.1.2.3 - Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

### **3.1.2.4 – Investimentos Financeiros**

Os Investimentos Financeiros existentes no Balanço dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho, mensurado pelo justo valor.

### **3.1.2.5 - Imparidade de ativos**

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.1.2.6 – Inventários**

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo - estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

### **3.1.2.7 - Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

### **3.1.2.8 - Instrumentos financeiros**

#### **i) Dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

#### **ii) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando

cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

**3.1.2.9 – Rédito**

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas de produtos compreende os montantes faturados líquidos de descontos e abatimentos.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

**3.1.2.10 - Subsídios do Governo**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos Capitais próprios e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios a exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

### **3.1.2.11 - Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### **3.1.2.12 - Eventos subsequentes:**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



*3.1.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro*

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

*3.1.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas*

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

*3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas.*

Não foi alterada qualquer política contabilística no contexto do período de 2022.

*3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.*

Não se verificaram alterações nas estimativas contabilísticas com os efeitos referidos em epígrafe.

*3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.*

Não se detetaram erros materiais que provocassem impactos significativos nas demonstrações financeiras.

#### **4 - Ativos fixos tangíveis**

*Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo*

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Edifícios e outras construções	5.128,00			5.128,00			5.128,00
Equipamento básico	126.590,84			126.590,84			126.590,84
Equipamento de transporte	26.390,00			26.390,00			26.390,00
Equipamento administrativo	128.156,24	3.474,99		131.631,23			131.631,23
Outros ativos fixos tangíveis	25.820,71			25.820,71			25.820,71
<b>Sub-total</b>	<b>312.085,79</b>	<b>3.474,99</b>		<b>315.560,78</b>			<b>315.560,78</b>
Depreciações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Edifícios e outras construções	1.644,63	102,56		1.747,19	102,56		1.849,75
Equipamento básico	119.274,97	1.436,41		120.711,38	1.386,30		122.097,68
Equipamento de transporte	10.656,67	5.900,00		16.556,67	5.900,00		22.456,67
Equipamento administrativo	128.156,24	96,52		128.252,76	1.158,21		129.410,97
Outros ativos fixos tangíveis	21.832,76	652,67		22.485,43	652,67		23.138,10
<b>Sub-total</b>	<b>281.565,27</b>	<b>8.188,16</b>		<b>289.753,43</b>	<b>9.199,74</b>		<b>298.953,17</b>
<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>30.520,52</b>	<b>-4.713,17</b>		<b>25.807,35</b>	<b>-9.199,74</b>		<b>16.607,61</b>

## 5 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Programas de computador	5.982,82			5.982,82			5.982,82
<b>Sub-total</b>	<b>5.982,82</b>			<b>5.982,82</b>			<b>5.982,82</b>
Amortizações e perdas por imparidade	2020	Adições	Alienações /abates	2021	Adições	Alienações /abates	2022
Programas de computador	5.982,82			5.982,82			5.982,82
<b>Sub-total</b>	<b>5.982,82</b>			<b>5.982,82</b>			<b>5.982,82</b>
<b>Quantias líquidas escrituradas</b>							

## 6 - Custos de empréstimos obtidos

*Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.*

Nenhum dos empréstimos obtidos está relacionado com Ativos qualificáveis. Nestas condições, os custos decorrentes de tais empréstimos são, de imediato, reconhecidos como gastos do período.

## 7 – Inventários

*Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo*

7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2022			2021		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período						
Compras		45.791,83	45.791,83		6.049,73	6.049,73
Regularizações						
Inventários no fim do período						
<b>CMVMC</b>		<b>45.791,83</b>	<b>45.791,83</b>		<b>6.049,73</b>	<b>6.049,73</b>

## 8 - Rendimentos e gastos:

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O reconhecimento dos réditos provenientes dos serviços prestados é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. Os réditos decorrentes da faturação dos serviços de arrendamento são reconhecidos como rendimentos no início do período (mensal) a que o serviço respeita, não havendo problemas relacionados com a fase de acabamento destas transações. Quanto aos réditos provenientes dos serviços de estacionamento tarifados, os mesmos são reconhecidos no final do período a que respeitam, sendo também sempre respeitado o princípio da especialização dos exercícios.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Ver nota 3.1.2.9 da nota 3 deste anexo

Réditos reconhecidas no período	2022	2021
Venda de bens		
Prestação de serviços	86.542,90	8.298,75
Juros		
<b>Total</b>	<b>86.542,90</b>	<b>8.298,75</b>

8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Em 2022 não existiram rendimentos ou gastos de natureza isolada

## 9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

*Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo*

9.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2022	2021
POCH/FSE	702.168,02	666.924,41
POCH/OSS	111.844,33	70.666,88
Outras participações (entidades)	510,60	42,25
<b>Total</b>	<b>814.522,95</b>	<b>737.633,54</b>

## 10 - Instrumentos financeiros

*10.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.*

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

#### *10.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:*

*a) Cotação de mercado; e*

*b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração dos resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros.*

Os únicos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor são os investimentos financeiros detidos pela entidade, correspondentes às contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. Qualquer alteração no justo valor dos mesmos é reconhecida na demonstração de resultados.



#### Instrumentos Financeiros

Entidades	2020	Aumentos	Diminuições	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Fundo Compensação Trabalho	1.189,59	234,48		1.424,07	1.288,31	1.658,55	1.053,83
<b>Total</b>	<b>1.189,59</b>	<b>234,48</b>		<b>1.424,07</b>	<b>1.288,31</b>	<b>1.658,55</b>	<b>1.053,83</b>

10.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

Outras rubricas de capitais próprios	2020	Aumentos	Reduções	2021	Aumentos	Reduções	2022
Capital	49.879,78			49.879,78			49.879,78
Reservas Legais	10.487,85			10.487,85			10.487,85
Outras Reservas	129.068,08			129.068,08			129.068,08
Resultados transitados	-193.315,89	69.940,63		-123.375,26	34.463,20		-88.912,06
Resultado Líquido	69.940,63	35.985,00	-71.462,43	34.463,20	57.684,51	-40.452,02	51.695,69
<b>Total</b>	<b>66.060,45</b>	<b>105.925,63</b>	<b>-71.462,43</b>	<b>100.523,65</b>	<b>92.147,71</b>	<b>-40.452,02</b>	<b>152.219,34</b>

10.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

10.4.1 – Clientes, fornecedores e sócios.

Ver alínea i) e iii) do ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
<b>Ativos</b>	<b>2022</b>			<b>2021</b>		
Acionistas/sócios	58.350,94		58.350,94	57.972,73		57.972,73
Outros créditos a receber	165.147,62		165.147,62	212.027,98		212.027,98
<b>Total</b>	<b>223.498,56</b>		<b>223.498,56</b>	<b>270.000,71</b>		<b>270.000,71</b>
<b>Passivos</b>	<b>2022</b>			<b>2021</b>		
Fornecedores	14.574,97		14.574,97	16.551,14		16.551,14
Acionistas/sócios	229,10		229,10	361,49		361,49
Outras dívidas a pagar	79.369,79		79.369,79	71.132,87		71.132,87
<b>Total</b>	<b>94.173,86</b>		<b>94.173,86</b>	<b>88.045,50</b>		<b>88.045,50</b>



#### 10.4.2– Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2022	2021
<b>Ativo</b>		
EOEP - Imposto s/ rendimento		713,20
<b>Total</b>		<b>713,20</b>
<b>Passivo</b>		
EOEP - Imposto s/ rendimento	8.422,41	3.543,44
EOEP - Segurança Social	9.121,37	8.111,55
FCT e FGCT	44,62	21,15
<b>Total</b>	<b>17.588,40</b>	<b>11.676,14</b>

#### 10.4.3 – Financiamentos obtidos.

*Ver alínea ii) do ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo*

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>2021</b>				
CGD - Conta Caucionada	115.000,00			115.000,00
<b>Total</b>	<b>115.000,00</b>			<b>115.000,00</b>
<b>2022</b>				
CGD - Conta Caucionada	45.000,00			45.000,00
<b>Total</b>	<b>45.000,00</b>			<b>45.000,00</b>
<b>Variação (2022-2021)</b>	<b>-70.000,00</b>			<b>-70.000,00</b>

### 11 - Benefícios dos empregados

*Ver ponto 3.1.2.11 na nota 3 deste anexo*

#### 11.1 — Número médio de empregados:

Vínculo	Início ano	Final ano
Efetivos	15	15
Termo certo		
Termo incerto		
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>Número médio</b>		<b>15</b>

Gastos com pessoal	2022	2021
<b>Órgãos Sociais:</b>	<b>41.816,84</b>	<b>38.829,61</b>
Remunerações	34.137,27	31.578,83
Encargos seg. social	7.679,57	7.250,78
<b>Funcionários:</b>	<b>287.904,76</b>	<b>255.154,64</b>
Remunerações	235.681,74	208.895,68
Encargos seg. social	52.223,02	46.258,96
<b>Indemnizações</b>		<b>3.758,28</b>
Seguros	1.675,72	1.702,57
Outros	1.019,70	739,88
<b>Total</b>	<b>332.417,02</b>	<b>300.184,98</b>

11.2 — Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Direção:

Maria Amélia Pereirinha Miguéis Morais, Diretora Pedagógica – 34.137,27€

A Gerência é constituída por dois gerentes, representantes legais dos sócios, e que não auferem rendimentos a título de vencimento pelos serviços prestados.

## 12 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## 13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 - Decreto-lei 411/91 – Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2022.

13.2 - Decreto-lei 534/80 – Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2022.

13.3 – A 31 de dezembro de 2022 não existiam salários em dívida aos funcionários.

#### 14 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

##### 14.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber/pagar	2022	2021
<b>Ativo - Outros créditos a receber</b>		
Devedores por acréscimos de rendimentos	165.080,67	212.002,63
Município de Murça	58.350,94	57.972,73
Fornecedores	66,95	25,35
<b>Total</b>	<b>223.498,56</b>	<b>270.000,71</b>
<b>Passivo - Outros passivos correntes</b>		
Credores por acréscimos de gastos	54.078,56	49.843,18
Santa Casa da Misericórdia de Murça	229,10	361,49
Alunos	25.291,23	21.289,69
<b>Total</b>	<b>79.598,89</b>	<b>71.494,36</b>

##### 14.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2022	2021
<b>Ativo - Acréscimos de rendimentos</b>		
Orçamento POCH/OSS	156.776,87	
Mensalidades residência	7.853,25	
Outros	450,55	
<b>Total</b>	<b>165.080,67</b>	
<b>Passivo - Acréscimos de gastos</b>		
Férias e subsídio férias a liquidar	46.349,86	42.624,70
Serviço docente (formadores + psicóloga)	6.030,00	6.989,04
Eletricidade, água, comunicação, renda	1.698,70	229,44
<b>Total</b>	<b>54.078,56</b>	<b>49.843,18</b>

#### 14.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2022	2021
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>		
Trabalhos especializados	339,10	895,38
Seguros	1.724,70	1.872,90
Conservação e reparação	675,27	
Outros	16,00	15,00
<b>Total</b>	<b>2.755,07</b>	<b>2.783,28</b>

#### 14.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2022	2021
Trabalhos especializados	123.266,99	117.707,82
Publicidade e propaganda	6.326,58	3.427,56
Vigilância e segurança	333,33	448,95
Honorários	851,16	3.871,88
Conservação e reparação	5.112,55	20.157,64
Serviços bancários	188,72	102,00
Ferramentas e utensílios	668,67	1.140,04
Material de escritório	5.115,90	4.094,57
Artigos para oferta	67,56	
Material didático	5.956,35	9.234,32
Eletricidade	5.116,95	3.795,18
Combustíveis	4.591,99	3.226,75
Água	793,64	415,65
Deslocações e estadas	311,61	272,36
Visitas de estudo	903,43	95,82
Rendas e alugueres	43.223,98	44.544,88
Comunicação	1.701,05	2.299,34
Seguros	1.375,65	1.149,29
Contencioso e notariado	156,00	681,00
Despesas de representação	903,40	604,80
Limpeza, higiene e conforto	1.119,64	1.688,09
<b>Total</b>	<b>208.085,15</b>	<b>218.957,94</b>



#### 14.5 – Outros Gastos.

Outros Gastos	2022	2021
Imposto de selo		
Imposto s/ transportes rodoviários	482,86	478,34
Correções de períodos anteriores	271,95	2.982,72
Quotizações	900,00	900,00
Sunsídios aos alunos	264.829,26	228.457,20
Prémios/incentivos aos alunos	375,00	575,00
Multas e penalidades	5,97	0,11
Outros		0,60
<b>Total</b>	<b>266.910,94</b>	<b>233.393,97</b>

#### 14.6 – Gastos e Perdas de Financiamento.

*Ver ponto 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo*

Gastos e perdas de financiamento	2022	2021
Juros suportados	2.196,26	1.971,67
Despesas bancárias e comissões	183,27	432,00
<b>Total</b>	<b>2.379,53</b>	<b>2.403,67</b>

#### 14.7 – Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	2022	2021
Descontos pp obtidos	0,08	
Correções de períodos anteriores	380,18	47.048,13
Fundo de manutenção geral	9.062,00	6.030,00
Certificados/declarações	1.023,50	651,50
Livros	481,76	1.243,18
Penalidades/reparações	70,45	228,20
Material de papelaria	283,86	145,00
Transportes pago pelos alunos	5.978,50	3.426,15
Matrículas/renovações	257,50	270,00
Benefícios e penalidades contratuais	3.750,05	
Juros obtidos de depósitos bancários	0,56	
Outros		189,00
<b>Total</b>	<b>21.288,44</b>	<b>59.231,16</b>

#### 14.8 - Fluxos de caixa

Ver alínea iv) ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2022	2021
Caixa	3.067,60	2.349,98
Depósitos à Ordem	61.998,93	12.166,70
<b>Total</b>	<b>65.066,53</b>	<b>14.516,68</b>

#### 14.9 - Impostos sobre o rendimento

Calculo de impostos sobre o rendimento do período	2022			2021		
	Incidência	Taxa	Imposto	Incidência	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Impostos	25.000,00	12,50%	3.125,00	11.690,53	12,50%	1.461,32
Resultado Antes de Impostos	13.207,04	21,00%	2.773,48		21,00%	
Tributação Autónomas		5,00%			5,00%	
Tributação Autónomas	903,40	10,00%	90,34	604,80	10,00%	60,48
Estimativa de Imposto			5.988,82			1.521,80
PEC						
Pagamentos por conta	1.170,00		1.170,00	2.235,00		2.235,00
<b>Imposto a pagar/receber</b>			<b>4.818,82</b>			<b>-713,20</b>

#### 14.10 – Proposta de Aplicação de Resultados

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2022 será proposto a transferência do resultado líquido positivo de 51.695,69€ para a conta de Resultados Transitados.

Murça, 09 de março de 2023

A Entidade

O Contabilista Certificado

  
 Maria Edite da Costa Fernandes  
 de Sousa

**Luís Leite**  
 CC n.º 39242

**Escola Profissional M. Vale Flor, Lda**  
Contribuinte n.º 504537822

**DECLARAÇÃO**

Declara-se, para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2022, que a esta Entidade não lhe é exigida a certificação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal, uma vez que não ultrapassou durante dois anos consecutivos, dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do Código das Sociedades Comerciais.

31 de Dezembro de 2022  
A Gerência/Administração



Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa





**Escola Profissional M. Vale Flor, Lda**  
Contribuinte nº 504537822

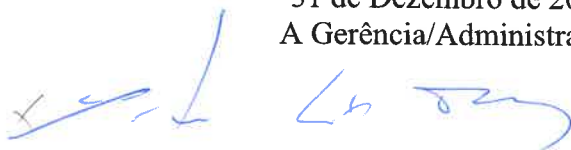
### DECLARAÇÃO

Nos termos do previsto no N° 6 do artigo 12° do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, emite-se a presente declaração a pedido de **Luís Fernando de Carvalho Leite** CC nº 39242, a quem compete a planificação, organização e execução da nossa contabilidade e assunção da responsabilidade técnica, em termos contabilísticos e fiscais

Para tanto, declaramos tal como é nosso dever que:

- Não foram omitidos quaisquer documentos, correspondência relevante, atas das reuniões dos Acionistas/Sócios e dos órgãos sociais, tendo sido prestadas todas as informações adicionais para melhor compreensão dos mesmos.
- Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes que afetam a situação da entidade.
- A entidade não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade para além dos divulgados nas demonstrações financeiras.
- Não existem acordos em quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito, para além dos divulgados.
- As despesas confidenciais estão relacionadas com o decurso normal dos negócios da entidade.
- Não existem irregularidades envolvendo os órgãos sociais que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais.
- Não temos projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações e da entidade.
- Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo.
- Os valores cobrados das mensalidades correspondem ao cálculo efetuado tendo por base as informações prestadas pelos alunos.

31 de Dezembro de 2022  
A Gerência/Administração



x *Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa*

